



UNIÃO SINDICAL

SINPACEL SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL, PAPELÃO, ARTEFATOS, CORTIÇA E AFINS DE GUAÍBA

INFORMATIVO ANO VII - Nº 59 - JULHO E AGOSTO DE 2007

CUT CNQ CUT
Central Única dos Trabalhadores Confederação Nacional do Ramo Químico

Categoria aprova pauta de reivindicações

Em assembléia realizada em 23 de agosto, trabalhadores aprovaram a pauta de reivindicações para a negociação coletiva 2007/2008. Na exposição da pauta, o Presidente João Caldas, explicou cada item e apresentou os argumentos que serão usados na mesa de negociação. Deu especial atenção a alguns itens: aumento real de 5,42%, que equivale a 1/3 da rentabilidade do setor, no período – a rentabilidade é um índice que dá bem a idéia de quanto as empresas ficaram mais ricas de um ano para outro; sobre o piso da categoria, o Presidente mostrou que a perda acumulada entre 1995 e 2007 já ultrapassa 46%, pois em 1995 o piso valia 2,1 salários mínimos e em 2007 equivale a somente 1,43 salários mínimos. Conforme Caldas, isso mostra a competência do Governo Lula de recuperar o poder aquisitivo do salário mínimo que tem um efeito de bilhões de reais nos gastos do governo. A mesma coisa não pode ser dita dos empresários do nosso setor que não tiveram “competência” de recuperar o poder aquisitivo do nosso piso salarial que atualmente vale muito menos do valia a 12 anos atrás; sobre adicional de férias de 80%, Caldas lembrou que a categoria já teve esse adicional e as empresas, na época, não produziam tanto quanto produzem hoje, “por isso está mais do que na hora de recuperar algumas condições que tínhamos e perdemos ao longo da década de 90”; sobre as horas extras, ele salientou a importância das atividades serem realizadas dentro da jornada normal de trabalho, se por alguma razão for preciso trabalhar além da jornada normal estas horas devem ser remuneradas com

adicional de 100%; sobre o vale mercado, disse que é preciso reajusta-lo de modo a fazer frente ao custo de vida no Rio Grande do sul, que é o maior do País. Como exemplo, Caldas falou que de todos os impostos que os gaúchos pagam, seja ele direto, como IPVA, ou embutido nos produtos de consumo, como o ICMS, entre outros, 64% são do Governo Estadual e 36% são do Governo Federal. Finalizando sua apresentação, Caldas justificou a importância de incluir no acordo cláusula de assédio moral e exemplificou com ato humilhante realizado pela Celupa na demissão dos trabalhadores de turno, onde a direção da empresa colocou todos os trabalhadores no salão do Clube e começou a separar os demitidos como se fossem gado. Outro exemplo, foi uma pasta de avaliação de trabalhadores, encontrada na rede interna da Aracruz, que expunha até ridiculamente alguns trabalhadores, estes se sentiram humilhados e por isso a importância dessa cláusula para evitar esse tipo de coisa. Após a apresentação, foi encaminhada a votação que foi realizada na sede do **SINPACEL**, e nas portarias das empresas Aracruz, Celupa e Santher a pauta foi aprovada por 97% dos votos. Além da pauta de reivindicações, os trabalhadores também aprovaram a celebração da convenção coletiva, o desconto da contribuição assistencial em favor do Sindicato e a participação da **CUT** nas negociações. Trazendo doze cláusulas, importantes para serem negociadas, as reivindicações dos trabalhadores estão divididas em econômicas e sociais. A pauta, na íntegra, assim como o resultado da Assembléia estão na página 2.



Caldas apresentou a Pauta e justificou todos os itens



Trabalhadores prestigiaram a Assembléia

Mais dois Trabalhadores reintegrados na Celupa

No dia 01/08/2007, o SINPACEL deu mais um passo na tentativa de minimizar o impacto causado pela redução de uma das turmas da máquina de papel, reintegrando os funcionários Anderson Boneberg e Jose Carlos Fretta, despedidos em 31/05/2007. Data em que a Celupa descumprindo o acordo coletivo de revezamento de turnos demitiu 13 trabalhadores. Até o

momento já se conseguiu três reintegrações. O Sindicato tem discutido com a empresa um acordo para que no menor prazo possível ocorra o restabelecimento da 5ª turma. A Direção do SINPACEL está buscando uma saída, pelo menos razoável, para esta situação e não vai desistir até que tenha uma garantia mínima de negociação para a recomposição das turmas na jornada constitucional.



José Carlos, Caldas e Anderson

SEJA MAIS UM SÓCIO DO SEU SINDICATO

Juntos teremos mais força na luta por melhores salários e condições de trabalho

PPR CELUPA

Aconteceu no dia 03/09/2007, reunião entre o SINPACEL e a Celupa, para retomar as negociações do PPR/2007. Para essa reunião estava confirmada a presença do Sr. Mário Sergio Toni (diretor financeiro do grupo Melitta do Brasil), que mais uma vez (4ª vez) deixou os representantes dos trabalhadores esperando, pois o mesmo novamente não compareceu a um compromisso com o Sindicato. Tudo começou quando em fevereiro de 2007, o Sr. Toni procurou o Sindicato para fechamento do PPR/2006, comprometendo-se com o SINPACEL que a partir de 2007, a empresa adotaria uma nova postura diante dos seus trabalhadores, já cansados de serem enrolados. Segundo suas palavras “uma relação de confiança”, relação essa abalada logo em seguida, quando a Celupa no dia 31/05/2007, despediu 13 funcionários, descumprindo a Convenção coletiva e vigor. Além da ausência do Sr. Toni, a empresa demonstrou-se totalmente despreparada para reunião, pois não possuía a exatidão dos números, imprescindível para o encaminhamento das metas do PPR. O SINPACEL, mais uma vez deu um prazo para o RH da empresa que prometeu apresentar o mais breve possível uma planilha com números atualizados até o mês de setembro, assim como uma possível projeção até dezembro de 2007. O Sindicato aguarda uma resposta urgente da empresa, pois o SINPACEL entende que essa situação não pode ficar indefinida até o final do ano.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2007/2008

1. REAJUSTE SALARIAL

Na data-base, deverá ser reajustado o salário de todos os integrantes da categoria profissional, em percentual equivalente ao INPC acumulado no período compreendido entre 01 de outubro de 2006 a 30 de setembro de 2007.

2. AUMENTO REAL E/OU PRODUTIVIDADE

As empresas concederão majoração salarial a título de produtividade e/ou aumento real, em 5,42%, a incidir sobre os salários já reajustados nos moldes da cláusula anterior. Tal percentual equivale a 1/3 (um terço) da rentabilidade do setor de Celulose e Papel que para o período corresponde aproximadamente a 16,27%.

3. PISO SALARIAL DA CATEGORIA

Recomposição do Piso Salarial da categoria em sua equivalência com o salário mínimo, ao ano de 1995, cujo valor correspondia a 2,1 s.m, ou seja, em valores atuais, igual a R\$ 798,00 (setecentos e noventa e oito reais), conforme a tabela abaixo.

Comparação do Piso da categoria com o salário mínimo

Setor	10/1995 Piso R\$	10/1995 Piso em S.M	10/2006 Piso R\$	09/2007 Piso em S.M	Reaj. Nec. %
Celupa	210,00	2,1	545,60	1,43	46,26%
Santher	210,00	2,1	545,60	1,43	46,26%
Aracruz	210,00	2,1	545,60	1,43	46,26%

4. VALE MERCADO

As empresas fornecerão a seus empregados um Vale Mercado no valor de R\$ 195,00 (cento e setenta e cinco reais) mensais. Esta parcela não tem cunho salarial, conforme determina a legislação que prevê esse tipo de benefício.

5. HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As empresas remunerarão seus empregados, quanto ao trabalho extraordinário, em prorrogação de jornada as 02 (duas) primeiras horas com acréscimo 60% (sessenta por cento) e as demais com acréscimo de 100% (cem por cento). Para os trabalhadores com jornada administrativa, de segundas a sextas-feiras, as horas trabalhadas aos sábados deverão ser acrescidas de um adicional 100% (cem por cento).

6. ADICIONAL DE FÉRIAS

As empresas concederão a seus empregados um abono de férias de valor equivalente a 80% (oitenta por cento), a incidir sobre o salário contratual mais integrações legais.

7. AUXÍLIO FARMÁCIA

As empresas reembolsarão o equivalente a 100% (cem por cento) das despesas efetuadas com medicamentos para todos os empregados e o equivalente a 50% (cinquenta por cento) para seus dependentes, mediante comprovação de receita médica e respectiva nota de compra ou recibo. Tal reembolso será devido até o patamar de R\$ 300,00 mês.

7.1. Aos empregados em tratamento por acidente de trabalho ou doença ocupacional, ainda que em gozo de benefício previdenciário, terá direito ao reembolso previsto no caput desta cláusula.

8. GARANTIA DE REEMBOLSO DE CONTRIBUIÇÕES AO EMPREGADO APOSENTANDO

Ao empregado que comprovar perante a empregadora estar a um máximo de 36 (trinta e seis) meses da aquisição do direito à aposentadoria, que conte com um mínimo de 15 (quinze) anos, na atual empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para adquirir o direito a aposentar-se. A garantia de emprego ou salário cessa automaticamente findos os 36 (trinta e seis) meses.

9. MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

As empresas da categoria que possuem Planos de Saúde e Odontológico, para seus empregados, deverão mantê-los sem quaisquer modificações para condições inferiores, adotando, sempre que possível, medidas que otimizem o serviço prestado.

9.1 - No caso de demissão sem justa causa, os Planos deverão ser mantidos para o empregado demitido, pelo período de um ano.

10. PLANO ODONTOLÓGICO

Todas as empresas da categoria, a exemplo do Plano de Saúde, deverão manter também um Plano Odontológico para seus empregados e dependentes.

11. PRÁTICAS GERENCIAIS (ASSÉDIO MORAL)

As empresas não adotarão quaisquer práticas gerenciais e de organização do trabalho que, direta ou indiretamente, possam causar constrangimento, intimidação, humilhação e discriminação aos trabalhadores.

11.1. Da mesma forma, as empresas não poderão monitorar os trabalhadores através de câmeras filmadoras ou das formas de vigilância ostensiva, nos vestiários, refeitórios, locais de descanso e de trabalho.

12. RENOVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DA CONVENÇÃO COLETIVA ANTERIOR ASSIM COMO MANUTENÇÃO DOS COMPROMISSOS GERADOS POR ELAS.

TAXA NEGOCIAL (Contribuição Sindical)

As empresas procederão ao desconto do valor correspondente a 2 dias de trabalho do salário de todos seus empregados beneficiados ou não pela presente Convenção, no mês de fechamento desta, e recolherão tais importâncias aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores, no prazo de dez dias contados da data do efetivo desconto, em moeda corrente nacional ou através de cheque das agências bancárias do Município de Guaíba, RS, mediante relação em 2 (duas) vias, nas quais constarão o nome do empregado e o valor descontado, podendo o Sindicato dos Trabalhadores verificar documentalmente junto às empresas da correção ou não dos descontos efetivados.

Resultado da Assembleia realizada no dia 23/08/2007

Os trabalhadores votaram em cada item separadamente, foi apurado o seguinte resultado:

1) A Pauta de Reivindicação:

Aprovaram: **96,7%**;
Não aprovaram: **0,5%**;
Branco: **2,3%**;
Nulos: **0,5%**;

2) Autorização da Celebração da Convenção ou contrato de Trabalho ou instauração de dissídio:

Aprovaram: **93,4%**;
Não aprovaram: **2,8%**;
Branco: **3,3%**;
Nulos: **0,5%**;

3) Autorizar o desconto da contribuição Sindical:

Aprovaram: **81,2%**;
Não aprovaram: **16,0%**;
Branco: **1,8%**;
Nulos: **1,0%**;

4) Autorizar a CUT a fazer parte das negociações:

Aprovaram: **80,2%**;
Não aprovaram: **16,8%**;
Branco: **2,5%**;
Nulos: **0,5%**;

PLANTA QUÍMICA

Comunicamos que o setor de Planta Química e Cloro-Soda não será vendido pela Aracruz S/A.

O motivo alegado pela diretoria da empresa foi econômico-financeiro, ou seja, os preços de venda dos produtos químicos gerados por este setor, tão importante e estratégico no processo de fabricação de celulose, ficariam inviáveis para a Aracruz. A energia elétrica utilizada nas plantas eletrolíticas ficaria muito cara. O SINPACEL agradece a corrente que os companheiros fizeram, mesmo que veladamente, em protesto à terceirização da Planta Química.

Este Sindicato estará sempre à frente e a disposição de lutar contra a terceirização de qualquer setor das fábricas. Unidos somos forte!

Pisando em ovos Implicância tem limites

A convivência no ambiente de trabalho nem sempre é fácil. Conflitos são normais, mas quando eles passam dos limites, o que parecia uma simples implicância pode se transformar em assédio moral.

São situações que humilham, provocam sofrimento e podem até gerar a perda de emprego.

O assédio pode ocorrer entre colegas e no relacionamento com o chefe. Saiba como identificar o problema e o que fazer em uma situação como essa.

Saiba mais

O que pode ser assédio moral:

- ◆ Deboches, piadas de mau gosto e xingamentos frequentes.
- ◆ Exclusão do convívio social no trabalho.
- ◆ Recusa de chefe ou colega de falar com a vítima.
- ◆ Pedido de tarefas inúteis, despropositadas e humilhantes.
- ◆ Fiscalização em excesso: saber sobre o que estava conversando, quantas vezes a vítima foi ao banheiro etc.
- ◆ Estabelecimento de metas inatingíveis.
- ◆ Punição para metas não atingidas: ser obrigado a pagar prendas ou fazer exercícios físicos na frente dos colegas.

O que fazer

- ◆ Documente as situações de humilhação (dia, mês, ano, hora, setor, nome do agressor e colegas que testemunharam).
- ◆ Evite conversar com o agressor sem testemunhas.
- ◆ Se o chefe não for o responsável pela agressão, relate a ele o que está acontecendo.
- ◆ Caso o chefe seja o problema, é hora de procurar ajuda especializada. Veja onde procurar orientações:
- ◆ Sindicato da sua categoria.
- ◆ DRT-RS: Avenida Mauá, 1013 sala 403, Porto Alegre – 3227-2775 e 3211-1248

DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DA CUT

★ Por Walter Fogaça - Vice-presidente do SINPACEL

O dia 15 de agosto foi declarado pela Central Única dos Trabalhadores, como o dia nacional de mobilização. Em todos os estados houve mobilizações por parte das CUTs estaduais no sentido de mostrar para a população a pauta reivindicatória do conjunto dos trabalhadores. Vários panfletos e jornais produzidos pela CUT tratavam dos temas da pauta e foram distribuídos para a população nos locais onde houve as mobilizações, em Porto Alegre o local foi a esquina democrática (Borges de Medeiros com a rua dos Andradas). A mobilização maior ocorreu em Brasília, onde mais de 20 mil trabalhadores se reuniram em torno do Congresso com o propósito de chamar a atenção dos parlamentares para a pauta dos trabalhadores, questões estas que dependem da boa vontade daqueles que foram eleitos pela população brasileira e deveriam ouvir o que diz a sociedade organizada. Do Rio Grande do Sul foram 35 ônibus para Brasília se juntar à mobilização, homens e mulheres que deixaram suas famílias e se dispuseram numa viagem desgastante, onde era chegar na mobilização e retornar imediatamente, num esforço que se faz necessário devido à necessidade de tentar chamar a atenção do Congresso Nacional para as questões importantes que vão influenciar na qualidade de vida dos trabalhadores.

O comportamento da mídia referente às mobilizações dos trabalhadores é na verdade um comportamento antidemocrático, não há espaço de conteúdo nos órgãos de imprensa, e o pouco que é noticiado vem acompanhado de desaprovação pelos comentaristas de plantão, não houve cobertura jornalística do dia nacional de mobilização da CUT em nível estadual, o que foi mostrado da mobilização em Brasília não levou mais do que 15 segundos, da pauta só falaram do apoio dos trabalhadores à manutenção do veto do presidente Lula à emenda 3, e um dos canais de televisão criticou a posição dos trabalhadores e classificou os membros da CUT de sossegados e servidores públicos privilegiados, tentando desqualificar todo o esforço dos trabalhadores perante a opinião pública. Afinal o que leva a mídia a ter este comportamento, por quais razões os trabalhadores organizados não têm espaços qualificados nos meios de comunicação, porque não houve uma cobertura real no dia nacional de mobilização da CUT, uma central que é a maior da América do Sul, que ao longo de sua história vem defendendo os direitos dos trabalhadores nos momentos mais críticos da história do Brasil, que tenta pressionar o meio político, lugar onde ocorrem as grandes decisões, com reflexo direto na vida dos trabalhadores, uma Central que sabe, quanto mais a população se apropriar da política, mais à política virá em benefício da sociedade. Será que olhando a pauta

poderemos entender o comportamento da mídia? Vejamos:

- Manutenção do veto do Presidente Lula à Emenda 3.
- Redução dos juros e do superávit primário.
- Retirada imediata do PLP 01/2007.
- Direito Irrestrito de Greve e Contra o Interdito Proibitório.
- Garantia da negociação coletiva no serviço público e respeito total à organização dos trabalhadores.
- Previdência Pública universal com ampliação de direitos.
- Fim do fator previdenciário.
- Contra o PL das Fundações Estatais de direito privado.
- Valorização da Educação Pública.
- Reforma Agrária e Incentivos à Agricultura Familiar.
- Redução da jornada de trabalho.
- Aumento real de salários.
- Recuperação das perdas das aposentadorias.



Sindicalistas que participaram do Ato da CUT na Esquina Democrática

Com certeza as empresas de comunicação não concordam com esta pauta, em razão de seus proprietários e seus anunciantes terem uma visão capitalista neoliberal, onde não querem diminuir suas margens de lucros em detrimento da classe trabalhadora, há interesses de privatização em relação ao INSS e a Previdência Social, interesses dos grandes latifundiários contra a reforma agrária, entre outros assuntos que a pauta levanta a discussão. Vivemos numa democracia, conquistada a duras lutas neste país, que na sua história até 1964 havia uma participação ativa da população organizada na política, o que era normal e ascendente, o papel dos sindicatos dos trabalhadores era a mola propulsora neste sentido. Independente dos partidos, os trabalhadores organizados moviam a população nos protestos e no balizamento dos governos, buscando pressionar os políticos por políticas públicas que contemplassem o conjunto da sociedade. Enganam-se aqueles que acreditam que a CLT foi uma benevolência de Getúlio Vargas o dito "pai dos



Caldas em sua fala na Esquina Democrática



Ato da CUT em Brasília

pobres", a CLT foi um atendimento a reivindicações dos sindicatos da época, que estavam constantemente mobilizados frente às explorações dos patrões. O golpe ditatorial de 1964 que durou 20 anos, calou a sociedade, com exceção de pequenos focos de resistências, a população foi anestesiada na sua expressão e no envolvimento com a política, os interesses do capital norte-americano e do capitalismo nacional foram estimuladores do golpe e estimuladores desse desinteresse pela política por parte da população. Os meios de comunicação foram a grande ferramenta neste sentido, hora pela censura e hora pelo próprio interesse de seus proprietários. Após a campanha das Diretas Já, e a reconquista do voto direto para presidente da república a sociedade vem de modo muito lento reaprendendo a participar da política, esta lentidão se deve em parte porque os donos dos principais meios de comunicação já o eram desde a ditadura, e os seus interesses são mais fortes do que o da população e em parte porque os donos do capital têm uma interferência muito forte dentro do Congresso Nacional.

É sabido que a CUT e vários sindicatos do país optaram por apoiar a candidatura do Lula nas várias tentativas do candidato em conquistar o planalto e na sua reeleição, face a sua histórica formação no meio sindical e nas lutas sociais. Muitos criticam a CUT por ela apoiar o governo, o que na verdade não é uma adesão pura e simples, o que a sociedade deverá aprender é que não existe salvador da pátria, não existe uma pessoa que, por mais bem intencionada, pode sozinha resolver todos os problemas do país. O que está em disputa desde o primeiro mandato do presidente Lula são as ações de seu governo, as pautas e as votações do Congresso. O lobby dos patrões e do capital internacional são os protagonistas na interferência das decisões do Congresso, são poucos os congressistas que têm uma afinidade com a classe trabalhadora, embora seja ela que os elejam, através de seu voto, vale lembrar que cada voto é único e tem o mesmo peso nas apurações. Sem dúvidas o peso da sociedade só será percebido se houver mobilizações, não organizadas e influenciadas pela pauta da mídia, cujos interesses são na verdade diferentes do que realmente o Brasil precisa. O exemplo da CUT para a sociedade incomoda muita gente, "talvez" seja por isso que a mídia não gosta de dar destaque às suas pautas e suas mobilizações.



Os sindicalistas, Anselmo Oliveira e João Leonar em Brasília.

PROJETO DE EXPANSÃO DA ARACRUZ

No dia 09 de agosto, na sede do SINPACEL, foi realizado um Fórum com os Sindicatos de Guaíba e região, onde várias entidades mandaram seus representantes. O objetivo do Fórum faz parte do Programa de Comunicação Socioambiental da Aracruz Celulose, onde está divulgando todos os aspectos envolvidos no projeto de expansão da empresa em sua unidade de Guaíba. O SINPACEL quando foi convidado ofereceu o espaço do salão de sua sede para a realização do Fórum, evidenciando todo o interesse do Sindicato dos Trabalhadores sobre o tema, na ampliação dos postos de trabalho, no aumento da renda, na ampliação da economia, nos aspectos sociais e ambientais que o projeto envolve. Na apresentação do empreendimento foram destacados

os aspectos relevantes do Estudo de Impactos Ambientais – EIA, de responsabilidade da Aracruz e da empresa EcoÁguas, foi oportunizado questionamentos das entidades presentes, onde os representantes da Aracruz tiveram a oportunidade de esclarecer as dúvidas e receber sugestões. O Fórum foi organizado pela empresa ERM, as apresentações do empreendimento por gerentes da Aracruz, e o EIA pela empresa EcoÁguas. O SINPACEL vê como positiva a disposição da Aracruz Celulose de abrir espaços para a apresentação de seu projeto de expansão para a sociedade como um todo, através de Fóruns e Reuniões públicas, ampliando a oportunidade de questionamentos da população, mostrando os compromissos da Aracruz perante a sociedade, e dos órgãos ambientais envolvidos

SANTHER DE GUAÍBA ATINGE RECORDES HISTÓRICOS DE PRODUÇÃO

A unidade da Santher de Guaíba está com novos recordes neste mês de julho/2007, superando assim, o recorde histórico do mês de abril deste ano. Na opinião do Sinpacel, o fato reflete dois fatores importantes neste momento: O crescente mercado para papéis especiais e, sobretudo, o empenho e o profissionalismo dos Trabalhadores de turnos da empresa, que estão trabalhando dentro de uma jornada de trabalho adequada com a implantação da 5ª turma, com reflexos importantes em sua qualidade de vida e por consequência em sua motivação para trabalho. Parabéns a todos(as) pelas conquistas. " *Estamos*

todos muito felizes aqui na Unidade Guaíba com os resultados alcançados no mês de julho " afirmou o gerente industrial da unidade. Veja os novos números abaixo:

- Recorde de produção líquida total das MPs: **2.145,7 t** (o recorde anterior era de 2.090,1 t)
- Recorde de produção líquida da Conversão: **2.093,8 t** (o recorde anterior era de 2.013,5 t)
- Recorde de produção líquida vendável: **1.983,8 t** (o recorde anterior era de 1.924,0 t)
- Melhor eficiência global do ano na MP11: **94,0%** (a melhor marca do ano era de 90,9%)
- Menor índice geral de refugo do ano: **10,2%** (a melhor marca do ano era de 10,8%)

Índice fica abaixo do reajuste do salário mínimo nacional

Se o piso regional fosse um campeonato, o Rio Grande do Sul estaria na zona de rebaixamento. Com os novos valores definidos no dia seis de junho, nosso estado está na lanterna entre os que possuem piso regional. O aumento concedido ficou abaixo do índice aplicado pelo governo Lula ao salário mínimo nacional.

Com muita pressão e mobilização, o movimento sindical arrancou um índice de 5,98% de reajuste da bancada de situação, pois a proposta original de Yeda era de apenas 3,3% de aumento. As bancadas do PT, PSB, PCdoB e

Como votaram os partidos:

PELO ÍNDICE DE 8,57% :

PT, PDT, PCdoB e PSB

PELO ÍNDICE DE 5,98%:

PMDB, PSDB, PTB, PPS, PP e DEM

Atenção: O piso é lei e vale para todo o RS, para as categorias que não estão organizadas e para aquelas que não possuem acordo de piso diferente entre o seu sindicato e o patronal.

Os novos valores por categorias

Faixa I – R\$ 430,22 para trabalhadores das áreas de:

Agricultura e pecuária, indústrias extrativas; empresas de pesca; empregados domésticos; turismo e hospitalidade; indústrias da construção civil; indústrias de instrumentos musicais e brinquedos; estabelecimentos hípicas e empregados motociclistas no transporte de documentos e pequenos volumes – "moto boy".

Faixa II – R\$ 440,15 para trabalhadores das áreas de:

Indústrias do vestuário e do calçado; indústrias de fiação e tecelagem; indústrias de artefatos de couro; indústrias de papel, papelão e cortiça e empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas e empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas.

Faixa III – R\$ 450,07 para trabalhadores das áreas de:

Indústrias do mobiliário; indústrias químicas e farmacêuticas; indústrias cinematográficas; indústrias de

alimentação; empregados no comércio em geral e empregados de agentes autônomos do comércio.

Faixa IV – R\$ 468,28 para trabalhadores das áreas de:

Indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico; indústrias gráficas; indústrias de vidro, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana; indústrias de artefatos de borracha; empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e de crédito; edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares; indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas e auxiliares em administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino).

Fonte: Boletim do Partido dos Trabalhadores, nº27 Julho e Agosto / 2007

Papel e Celulose

O ano de 2008 já chegou no BNDES, pelo menos no que diz respeito à indústria de papel e celulose. O banco vai abrir o caixa e liberar cerca de R\$2,5 bilhões para financiar projetos de expansão no setor. O volume representará um acréscimo de 50% em relação ao montante que deverá ser concedido neste ano. Vale lembrar que o BNDES é o Banco de fomento ao Desenvolvimento do País e está sobre as ordens do Presidente Lula que em várias oportunidades se mostrou favorável a expansão das fábricas de celulose e papel. E até criou uma secretaria específica para tratar do desenvolvimento do setor.

Demanda faz a celulose subir US\$ 20 em agosto

Duas das maiores indústrias de celulose de eucalipto do país, commodity da qual o Brasil tem 65% da produção mundial, anunciaram reajuste de US\$ 20 por tonelada para a exportação aos três grandes mercados globais, em agosto. Aracruz e Votorantim Celulose e Papel (VCP) farão repasses durante o verão do Hemisfério Norte, momento de demanda fraca por lá e quando em geral os preços chegam até a cair. Com o reajuste, a tonelada do produto passará a US\$ 755 nos EUA, onde a cotação é a mais elevada. "Em 13 anos nunca vi um reajuste neste período. É sinal de que o cenário está ótimo", afirma o diretor-financeiro e de relação com investidores da VPC, Valdir Roque.

Aposentados receberão metade do 13º em setembro

Os 21,8 milhões de aposentados, pensionistas e segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vão receber junto com o pagamento de agosto, depositado no início de setembro, 50% do décimo terceiro salário. Ontem, foi publicado no Diário Oficial da União o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que autoriza a antecipação de metade do benefício. A segunda parcela será paga em dezembro.

O pagamento antecipado de parte do décimo terceiro foi acertado entre o governo e representantes das entidades de aposentados e pensionistas da Previdência Social no final do mês de junho e valerá também para os próximos três anos. A antecipação de 50% desse benefício ocorreu pela primeira vez no ano passado. O ministério da Previdência estima um impacto de R\$ 6 bilhões na folha de pagamento de benefícios de agosto com a antecipação, mas, em contrapartida, as despesas de dezembro serão menores.

Serão beneficiados com o dinheiro extra mais cedo todos os que recebem algum tipo de aposentadoria, pensão por morte, auxílios-doença ou salário-maternidade. Não tem direito ao décimo terceiro salário quem recebe benefícios assistenciais como renda mensal vitalícia, amparo assistencial ao idoso e ao deficiente, auxílio suplementar por acidente de trabalho e pensão mensal vitalícia.

Para o reajuste do salário mínimo, o governo também acertou com as centrais sindicais, no início deste ano, que nos próximos quatro anos o índice será calculado com base na inflação acumulada no ano anterior somada à taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Fonte: Jornal do Comércio – Economia
Porto Alegre, Terça-feira, 24 de julho de 2007

Brasil reduz pela metade extrema pobreza

Relatório produzido pelo governo federal, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), revela que o Brasil já cumpriu algumas das mais importantes metas acordadas entre 189 países durante a Cúpula do Milênio, realizada em 2000. Uma das mais significativas foi a redução pela metade da extrema pobreza no País. Isso significa que, entre 1990 e 2005, 4,7 milhões de brasileiros deixaram essa condição. Houve ainda avanços expressivos em todos os oito Objetivos do Milênio fixados para serem alcançados até 2015, como a erradicação da fome, a promoção da igualdade entre os sexos, a redução da mortalidade na infância, o alcance do ensino primário universal etc.

As metas estabelecidas pelos oito Objetivos do Milênio, nas quais o País apresentou significativa melhora, dizem também respeito a temas como a erradicação da fome, a promoção da igualdade entre os sexos, a redução da mortalidade na infância, o enfrentamento de doenças como a AIDS e a malária, a universalização do ensino fundamental e a sustentabilidade ambiental.

Conforme o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as Metas do Milênio são estímulos aos governos para enfrentarem problemas comuns a várias nações do planeta. "Não vejo as metas do milênio como obstáculo, eu vejo como estímulo. Para todos nós, é estimulante saber que temos oito problemas e que assumimos, moral e politicamente, o compromisso de enfrentá-los até 2015", disse.

Resultados

Conforme o relatório, o percentual da população brasileira na condição de extrema pobreza caiu de

9,5% em 1992 para 4,2% em 2005. Além disso, houve a ampliação da renda dos 10% mais pobres, que cresceu à taxa anual de 9,2% entre 2001 e 2005. Também em 2005 a desigualdade de renda atingiu o nível mais baixo: o índice de Gini, que varia entre 0 (perfeita igualdade de renda) e 1 (absoluta desigualdade), oscilou ao redor de 0,595 entre o início dos anos 80 e 2001, caiu ano a ano a partir de então e chegou a 0,566 em 2005.

Na educação, o trabalho mostra o aumento da taxa de alfabetização entre pessoas com 15 a 24 anos: de 91,3% para 97,2% entre os anos de 1992 e 2005. No mesmo período, ocorreu a universalização do acesso dos jovens de sete a 14 anos à educação, o que resultou no aumento da frequência escolar de 81,4% para 94,5%.

Já na meta de sustentabilidade ambiental o Brasil reduziu em mais de 90% o consumo de CFC (gás responsável pela destruição da camada de ozônio) nos anos de 1999 a 2006. Também o desmatamento da Amazônia sofreu diminuição significativa: de 29 mil km² entre 1994 e 1995 para 13 mil km² no período de 2005 e 2006.

Outro dado expressivo diz respeito à redução da mortalidade na infância (crianças menores de cinco anos de idade). A queda foi de 46,4% entre 1990 e 2005. Com relação à igualdade entre os sexos, houve melhora da taxa da participação das mulheres no mercado de trabalho: passou de 47,2% para 52,9% entre 1992 e 2005.

FORMATURA



No dia 25/08/07, em cerimônia realizada no auditório da Ulbra de Guaíba, se formou em Bacharel em Direito, nosso companheiro **João de Deus Machado Nunes**, que é funcionário da empresa Celupa e compõem a Executiva do SINPACEL, no cargo de Tesoureiro, desde o início desta Direção. Mais um sindicalista com curso superior. O que é muito bom, pois qualifica ainda mais nossa equipe. Parabéns companheiro "Dr. João", que soube enfrentar todas as dificuldades e vencer todos os obstáculos até chegar a esta vitória tão importante! Parabéns também, a toda a sua família!

Cesta Básica

O acompanhamento mensal da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei nº 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente. Na tabela podemos verificar o valor da cesta, em junho de 2007, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais - Brasil junho de 2007

Capital	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)
Recife	138,59	39,49	80h 14min	4,88
Brasília	171,31	48,82	99h 11min	- 0,31
São Paulo	187,45	53,42	108h 31min	2,97
Vitória	164,63	46,91	95h 19min	4,08
Salvador	137,05	39,05	79h 21min	1,66
Curitiba	170,94	48,71	98h 58min	1,76
Porto Alegre	193,90	55,25	112h 15min	4,12
Goiânia	153,84	43,84	89h 04min	0,92
Florianópolis	167,70	47,79	97h 05min	- 0,53
Belo Horizonte	165,82	47,25	96h 00min	- 3,31
Rio de Janeiro	173,33	49,39	100h 21min	1,13
Aracaju	140,45	40,02	81h 19min	2,06
Fortaleza	136,85	39,00	79h 14min	2,96
Natal	139,22	39,67	80h 36min	- 1,07
João Pessoa	134,07	38,20	77h 37min	0,14
Belém	154,91	44,14	89h 41min	- 1,43

Fonte: DIEESE

O salário mínimo necessário estimado deveria ser, um junho, a R\$ 1.628,96, ou seja, 4,28 vezes o mínimo em vigor. Em maio, o menor salário deveria ser de R\$1.620,64, ou 4,26 vezes o valor vigente, de R\$380,00.

Apesar do comportamento desigual dos preços da cesta básica, o tempo médio de trabalho necessário para que o trabalhador que ganha salário mínimo pudesse adquirir o conjunto de bens essenciais reduziu-se, em junho, na

comparação com o mês anterior. Assim, na meda das 16 cidades, o trabalhador que ganha salário mínimo necessitou cumprir uma jornada 91 horas e 33 minutos para realizar a mesma compra que em maio exigia a execução de 92 horas e 03 minutos. Em junho de 2006, o tempo de trabalho necessário para a mesma compra era maior, e chegava a 96 horas e 04 minutos. Quando se considera o salário mínimo líquido verifica-se que, em junho, 45,06% do mínimo eram empregados na compra dos mesmos itens que no mês anterior exigiam 45,31%. Em junho do ano passado eram necessários 47,28%.

Fonte: DIEESE E IBGE

Indicadores

Produção industrial surpreende e cresce 1,2% em junho

A atividade industrial brasileira cresceu 1,2% em junho ante maio e 6,6% contra igual mês de 2006, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira. A alta anual foi a maior desde dezembro de 2004. No primeiro semestre, a indústria brasileira acumulou expansão de 4,8%. Nos últimos 12 meses, a alta é de 3,9%.

Fonte: Reuters 03/08/2007

Como se faz as leis

Continuação...

PODER EXECUTIVO: instâncias e atores do processo decisório

A influência de determinado órgão da Administração Pública, de modo geral, está mais associada à função que exerce, sua capacidade de formulação e implementação de políticas públicas (nas arenas regulatória, distributiva ou redistributiva) do que a simples execução.

Entre os ministérios, três são decisivos nas ações de qualquer governo: planejamento, Fazenda e Casa Civil. Eles integram a chamada junta orçamentária, que autoriza os grandes gastos do governo. O primeiro cuida da máquina administrativa e controla contabilmente o orçamento. O segundo, além de controlar o caixa orçamentário, administra, formula e aplica as políticas tributárias, monetárias, cambial e de juros. O terceiro coordena e articula as ações do governo. Este último, entretanto, é quem dá a palavra final. É delegatário direto do poder governamental, representado pelo Presidente da República, em nome do qual exerce suas funções.

Os decisores ocupam cargos, e cargo, conceitualmente, representa um conjunto de atribuições. Assim, para saber a real influência de um ocupante de cargo em comissão dentro da máquina pública, além da importância do órgão onde o órgão é ocupado, é necessário identificar seu titular e verificar se tem poder político ou se apenas executa ordens.

Os cargos voltados para o comando político, em geral de ministros, presidentes de autarquias ou empresas e secretários especiais, cumprem uma função de representação, portanto, falam mais para fora do que para dentro da máquina governamental.

Os cargos voltados para a administração da máquina, em geral secretário-executivo, secretário-executivo adjunto, chefe de gabinete, secretários e diretores, falam para dentro, tocam o dia-a-dia do governo.

O primeiro grupo é recrutado nos partidos políticos, na academia, no meio empresarial ou sindical, nas organizações sociais de modo geral, segundo critério de representatividade política, vinculação partidária ou regional, amizade com o núcleo de poder ou notória especialização.

O segundo grupo, geralmente, é formado por funcionários de carreiras, burocratas, que conhecem as leis, os procedimentos, dominam as ferramentas indispensáveis à formulação, implementação e controle das políticas públicas.

Mede-se a influência de um cargo pelas atribuições, pela posição que ocupa na estrutura hierárquica e, principalmente, pelos recursos que dispõe o órgão de sua lotação para desempenhar suas funções.

Formalmente, é o ministro de Estado ou o presidente da entidade da administração indireta a autoridade administrativa superior da instituição. Na prática, pelo cotidiano de suas atividades, o secretário-executivo, no caso de Ministério, ou o diretor-geral ou equivalente, no caso de empresas ou entidades autárquicas, acaba exercendo esse papel.

O secretário-executivo é a pessoa forte de qualquer Ministério (se for de fora da máquina, certamente seu adjunto é a pessoa com poder). E ele quem "fala dentro" e exerce a coordenação técnico-administrativa das atividades do órgão.

Cabe ao secretário-executivo ou ao diretor-geral a coordenação entre as áreas, a instrumentalização das políticas, a articulação das áreas técnicas específicas, o controle dos atos assinados pelo ministro ou presidente. Se o secretário se convencer de determinada medida, ele pode chamar o responsável da área específica para estudar o mesmo providenciar o ato ou implantar a decisão.

Este, portanto, são os cargos-chave. Existem inúmeros outros de importância setorial, que não devem ser desprezados. Entretanto, a última palavra cabe aos que, em última instâncias, preparam a documentação e despacham com autoridade máxima do órgão.

Um pleito que nasce no órgão ou setor específico ganha muita legitimidade perante o secretário-executivo, mas não existe garantia de sua viabilização. Assim, são dois os caminhos possíveis; de cima para baixo, com o secretário pedindo ao setor providências, ou de baixo para cima, com o setor propondo e o secretário acatando.

Do ponto de vista hierárquico, a importância dos cargos na estrutura de um Ministério obedece aproximadamente à seguinte ordem; 1. Ministro de Estado; 2. Secretário Executivo; 3. Presidente e Diretoria do Banco Central; 4. Presidente de Estatais, como Petrobrás, BB, CEF, BNDES, FINE; presidente de agências reguladoras e autarquias, como ANP, ANATEL, ANEEL e ANA; 6. secretários nacionais, como da Receita Federal, do Tesouro, do Planejamento, de Gestão, de Recursos Humanos, de Política Econômica,

de Política Nacional de Saúde, da Previdência Social, da SOF; 7. presidentes de autarquias específicas, como FNDE e INSS; 8. chefe de gabinete de ministro e de presidente de empresas; 9. diretores de empresas, autarquias ou departamentos de secretarias ministeriais. Figuras à parte, nesse desenho, os subchefes da Casa Civil, que vem nível hierárquico equivalente ao de secretários executivos e que exercem competências específicas, com grande poder de influência sobre os resultados finais das propostas durante a sua fase de elaboração e, posteriormente, durante sua tramitação no Congresso.

Continua na próxima edição...

CURSO DE INGLÊS

APRENDA A FALAR / LER / ESCREVER / GRAMÁTICA

Sócio - Entrada + 5 x R\$ 55,00

Não Sócio - Entrada + 5 x R\$ 60,00

Material didático - R\$ 20,00

Terça e Quinta — Manhã das 9h às 11hs
Tarde das 14h às 16h
Noite das 19h às 21h

Sábado — Manhã das 9h às 11h

ATENDIMENTO MÉDICO - DIA/HORÁRIO

DENTISTA - DR. FRANCISCO SIBEMBERG

Terça e Quinta-feira às 8h30 e às 13h30

Sexta-feira 8h30

Marcar consulta na hora (6 consultas)

PEDIATRA - DR. CLÁUDIO URTASSUM

Seg e Sexta-feira no consultório-marcar até às 9h20

Terça - Quarta e Quinta-feira no Sindicato às 9h

(6 consultas)

GINECOLOGISTA - DR. IVO MENEGOLA

Segunda - Quarta e Sexta-feira às 13h30

Marcar consulta na hora (8 consultas)

CLÍNICO GERAL - DR. LUIZ DERLI TOLOTTI

Segunda - Terça - Quarta e Quinta-feira às 8h

Marcar consulta por telefone com antecedência de um dia (6 consultas) - Fone: 3480 29 00

CLÍNICO GERAL - DR. GILSON HERDINA

Quarta - Quinta e Sexta-feira às 15h30

Marcar consulta por telefone com antecedência de um dia (8 consultas) - Fone: 3480 29 00

(Retirar autorização na sede do Sindicato a partir do dia primeiro do mês - são dez (10) autorizações de cada especialistas)

CARDIOLOGISTA - DRA. MARIZA FERNANDES

Atende de segunda à sexta-feira

Marcar horário no consultório

Fone: 3480 34 71

OTORRINO - DR. JOSÉ HENRIQUE

Atende de segunda à sexta-feira

Marcar horário no

Fone: 3480 34 71

OFTALMO - DRA. CRISLAINE CRONHARDT

Atende na terça - quarta e Quinta-feira

Marcar horário no consultório

Fone: 3480 22 96

PSICÓLOGA - CARMEN DO PRADO

Vários horários

Marcar horário no consultório

Fone: 3480 62 50

PSICÓLOGA - ROGÉRIA FERRARI

Vários horários

Marcar horário no

Fone: 9838 54 44

JURÍDICO - DRA. ROSICLÉIA BORDIM

Plantão todas as terças-feiras das 9h30 às 11h30

Fone do escritório em PoA: 3284 83 00

FORMATURA DE DESENHO MECÂNICO

Foi em clima de alegria, que os quinze alunos do curso de Desenho Mecânico festejaram após cerimônia de formatura no dia 3 de agosto. Foram 70 hs de aprendizado, troca de experiências e, sobretudo, crescimento. Profissionais de mecânica buscam aperfeiçoamento, jovens buscando oportunidades e pessoas de diversas áreas profissionais. O desenho mecânico se torna cada vez mais presente em tudo que se constrói dentro de uma indústria. Após a entrega dos certificados tivemos um churrasco de confraternização, com a presença do presidente e do vice-presidente do Sinpacel João Caldas e Walter Fogaça, respectivamente, onde ressaltaram sobre a importância da preparação profissional nos dias atuais e a disposição do nosso Sindicato de contribuir nesse aspecto. Segundo o instrutor do curso Solismar Silveira, doze dos quinze alunos dessa turma, já estão matriculados no curso de desenho mecânico 2, que conta com a presença de vinte pessoas, ressalta ainda, que teremos na segunda quinzena de outubro, o início do curso de Caldeiraria que é único em nossa região. Parabéns a todos esses alunos! É o Sinpacel construindo seu Papel social e fazendo a diferença na vida das pessoas.



Formatura dos alunos do Curso de Desenho Mecânico 1

Expediente

União Sindical é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos, Cortiça e Afins de Guaíba CGC90.830.183/001-6. Rua Bento Gonçalves, 304- Guaíba-RS Fone/Fax: (51) 3480 29 00 Fone: (51) 3480 29 73 - Tiragem: 1800 exemplares

Diretoria - Presidente: João Carlos da Silva Caldas; **Vice-presidente:** Walter Tomaz Fogaça de Oliveira; **Tesoureiro:** João de Deus Machado Nunes; **Secretário Geral:** Valter Corrêa Andriotti; **Diretor de Formação Sindical:** Renato Maia; **Diretor de Saúde, Previdência, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente:** Jorge Luiz dos Santos; **Diretor de Divulgação e Cultura:** Solismar Zembruk Silveira; **Suplentes da Diretoria:** João Francisco de Oliveira Costa, Sérgio Vitelli Maier, Cristiano de Oliveira Bittencourt, Valdeni Nunes Moraes, Pedro Bitdinger e César Augusto Peteffi; **Conselho Fiscal - efetivos:** Anselmo Oliveira, Antônio Sérgio Chaves Ribeiro e Lauriano Duarte Rodrigues; **Suplentes do Conselho Fiscal:** Sérgio Roberto Viegas Salazar, Getúlio Insabralde Alberto e João Leonar da Silva; **Titulares da Delegação Federativa:** Rubem José Souza Cruz e Adriana dos Santos Filandro; **Suplentes da Delegação Federativa:** José Luis Belini e Zilá Terezinha Jardim Centeno; **Delegados Sindicais:** Adelino Leites da Silva, Ernani Andriotti Peixoto e Jorge Francisco Kroeff.